

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO¹

Ana Carolina Araújo de França²

RESUMO

Desde o final dos anos 1980, com o processo de redemocratização, o Brasil tem efetuado profundas transformações no seu cenário educacional, especialmente nas suas propostas curriculares, dentre as quais se destaca a inserção da sociologia como disciplina obrigatória para o ensino médio. O ensino dessa disciplina busca contribuir na formação mais “crítica” e “cidadã” do jovem, promovendo-lhe maior autonomia “intelectual” e “capacidade reflexiva” para problematizar, através do estranhamento e da desnaturalização, os fenômenos sociais e, assim, poder percebê-los e compreendê-los como fenômenos construídos social e historicamente, logo, passíveis de mudança. Possibilita, portanto, construir um novo olhar e uma nova percepção sobre o mundo social. Assim como a sociologia, houve outra alteração curricular proposta pela Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de “história e cultura afro-brasileira” na educação básica. Essa proposta busca problematizar e desnaturalizar as concepções estereotipadas que conferem aos africanos e afro-brasileiros uma pretensa inferioridade. Diante disso, esse artigo tem como objetivo analisar de que modo as questões étnico-raciais têm sido abordadas no ensino de sociologia no ensino médio e quais possibilidades a sociologia pode lançar para ajudar na implementação de uma educação antirracista e de valorização, reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial brasileira, conforme proposto pela Lei n. 10.639/03. Para isso, faremos uma análise do livro didático *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi (2007), buscando saber de que modo os conteúdos das ciências sociais dispostos no livro abordam a questão étnico-racial e se ajudam a problematizar e desnaturalizar a percepção da questão do racismo, discriminação e desigualdades.

Palavras-chave: Ensino de sociologia. Lei n. 10.639/03. Livro didático.

INTRODUÇÃO

¹ Artigo apresentado nos Anais Evento Conjugado ENCS – O Ensino de Ciências Sociais em tempos de exceção: desafios e perspectivas, de 7 a 9 de novembro de 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Mestranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Desde o processo de redemocratização política ocorrido no final dos anos 1980, o Brasil tem passado por profundas transformações no seu campo educacional. Dos seus princípios ao estabelecimento dos currículos, das propostas teórico-metodológicas às políticas de fomento, todos esses temas fizeram parte da reflexão e debate sobre a reestruturação da educação brasileira. Nos últimos anos, essas modificações se apoiaram, principalmente, na inclusão de conteúdos e disciplinas específicas na proposta curricular da educação básica, dentre as quais encontramos a sociologia, que, a partir da promulgação da Lei n. 11.684/08, tornou-se disciplina obrigatória no currículo do ensino médio. Desde então, a área de ciências sociais têm presenciado o crescimento do debate quanto ao ensino de sociologia no contexto escolar.

A ênfase nas alterações curriculares não é à toa, dado que o currículo estabelece os princípios, finalidades e conteúdos da educação de uma dada sociedade em dado momento histórico. Nesse sentido, conforme aponta Apple (1987), o currículo não é um conjunto neutro de saberes, mas constitui-se como um conjunto de saberes eleito por alguém (pessoa ou grupo) como saber válido, a partir de suas crenças, visões de mundo, ideologias. Trata-se, portanto, de um instrumento de poder/dominação, na medida em que dissemina valores, crenças e saberes particulares (de grupos ou pessoa) como universais, visando produzir controle hegemônico. Assim, a relação com o currículo, bem como com a educação escolar, não é neutra, pois envolve dimensões políticas, ideológicas, econômicas, sociais, como a escolha dos saberes, disciplinas, princípio teórico, didático-pedagógico que são válidos de ser transmitidos; quem os escolhe. Estão, assim, imersos em valores, princípios constantemente disputados pelos grupos e segmentos sociais em cada momento histórico.

Destarte, a inserção da sociologia no currículo do ensino médio evidencia preocupação em proporcionar, bem como prevê a LDB (1996), uma educação voltada ao “exercício da cidadania”, “formação ética”, “desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” em detrimento de uma educação tecnicista, voltada apenas ao mundo do trabalho.

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

Mais que isso, a importância da sociologia no currículo da educação básica, de acordo com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Conhecimentos de Sociologia³ (2006), busca contribuir com a formação dos jovens, na medida em que oportuniza o contato com os conteúdos, resultados de pesquisa, debates sistematizados sobre temas tradicionais e cotidianos da vida dos estudantes, possibilitando, a partir do “estranhamento” e da “desnaturalização” das concepções e explicações dos fenômenos sociais, estabelecer novos modos de pensar e, conseqüentemente, de perceber os fenômenos sociais.

Além da obrigatoriedade do ensino de sociologia na educação de nível médio, houve também a obrigatoriedade de inserir, em todos os currículos da educação básica, o ensino da temática “história e cultura afro-brasileira”, a partir da Lei n. 10.639/03⁴. A institucionalização dessa lei nasce como estratégia de combate ao racismo, preconceito e discriminação que atinge, especialmente, o segmento negro/afro-brasileiro, dado que a educação escolar tem sido um dos principais veículos de perpetuação de discursos racistas. Embora atue na reprodução das discriminações, preconceitos e estereótipos inferiorizantes dos afrodescendentes, a escola também tem sido vista como um dos principais veículos na mudança de posturas e valores sociais, que se fundamentem no respeito, na valorização da diversidade étnico-racial e cultural presente no nosso território e favoreçam uma educação equitativa, democrática e igualitária a todos.

Portanto, a institucionalização da Lei n. 10.639/03, ao visibilizar a história e cultura africana e afro-brasileira nos conteúdos escolares, busca “problematizar” e “desnaturalizar” as concepções estereotipadas, historicamente constituídas, que conferem aos africanos e afro-brasileiros uma pretensa inferioridade frente aos seus aspectos étnico-racial, estético, cultural, intelectual. Desse modo, podemos dizer que o proposto pela lei aqui citada e

³ Utilizaremos no decorrer do texto “OCEM – Sociologia (2006)” para nos referirmos às Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Conhecimentos de sociologia, assim como utilizado por Moraes e Guimarães (2010).

⁴ Deve-se salientar que a Lei 10.639/03 foi modificada em 2008 pela Lei n. 11.645. Nela é incorporada a temática indígena ao currículo, passando a ser obrigatório o ensino de “história e cultura afro-brasileira e indígena”. Entretanto, tratarei, especificamente, da Lei n. 10.639/03.

os documentos que a fundamentam como Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira⁵ dialogam, conforme apontam Moraes e Guimarães (2010) e as OCEM – Sociologia (2006), com os princípios epistemológicos e metodológicos que orientam a pesquisa e o ensino das ciências sociais, em especial da sociologia, tanto do ensino superior quanto do nível médio: o “estranhamento” e a “desnaturalização” dos fenômenos sociais.

Logo, o ensino de sociologia no nível médio busca problematizar os fenômenos sociais e, com isso, oportuniza aos jovens alunos reconstituir o modo pelo qual pensam e percebem os fenômenos sociais que os rodeia e do qual são parte. Desse modo, a sociologia pode ser uma ferramenta importante para tratar o ensino de história e cultura afro-brasileira e promover o debate quanto à desnaturalização do racismo, preconceito e discriminação presente na escola e fora dela. Ao possibilitar “estranhar” o modo como percebemos e nos relacionamentos com o segmento negro, sua cultura, estética e história em nosso cotidiano, podemos melhor perceber o fenômeno do racismo, das discriminações e desigualdades raciais e restabelecer um novo modo de nos relacionarmos com a diversidade.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar de que modo as questões étnico-raciais têm sido abordadas no ensino de sociologia no ensino médio e quais possibilidades a sociologia pode lançar para ajudar na implementação de uma educação antirracista e de valorização, reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial brasileira, conforme proposto pela Lei n. 10.639/03. Para isso, faremos uma análise do livro didático *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi (2007), buscando saber de que modo os conteúdos das ciências sociais (antropologia, política e sociologia) dispostos no livro abordam a questão étnico-racial e se ajudam a problematizar e desnaturalizar a percepção da questão do racismo, discriminação e desigualdades.

⁵ Daqui em diante utilizaremos “DCNs para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira”.

ENSINO DE SOCIOLOGIA: PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS

A institucionalização do ensino de sociologia como disciplina na educação básica tem sido marcada por intermitências. Essas intermitências são reflexo não apenas das disputas em torno do desenho curricular, logo, das disciplinas, conteúdos que o compõem, mas também da própria consolidação das ciências sociais/sociologia enquanto campo científico, disciplinar próprio. Assim como aponta Silva (2010), embora o ensino de ciências sociais/sociologia no Brasil date do final do século XIX, sua institucionalização enquanto disciplina autônoma, especialmente a sociologia é recente, visto que seus conhecimentos eram ensinados e disseminados por meio de outras disciplinas como história, geografia, psicologia, estudos sociais e moral e cívica. Portanto, sua intermitência no currículo básico reflete, em certa medida, o próprio desenvolvimento da ciência social no Brasil como campo e saber científico.

Ainda segundo Silva (2010), alguns intelectuais passam a demandar a inclusão da sociologia nos cursos de direito, militares e na escola secundária. Dentre os quais se destaca Rui Barbosa, que em 1870 sugere a inclusão da disciplina Sociologia no lugar do Direito Natural nas faculdades de direito. Para ele, o direito teria mais proximidade com as relações sociais do que com um pretense “estado de natureza” (BRASIL, 2006). Benjamin Constant, em 1980, propõe uma reforma conhecida com o seu nome, na qual instituía a inclusão da sociologia em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive nas escolas do exército. No entanto, ambas as propostas de reformas curriculares não se concretizaram.

Durante os períodos de 1925 e 1942, a partir da Reforma Rocha Vaz e Francisco Campos (1931), a sociologia passa a fazer parte dos currículos da escola secundária, normal e preparatória brasileira. Data também desse período o aparecimento de cursos superiores de ciências sociais, na Escola Livre de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Distrito Federal. Percebemos, nesse sentido, um processo de

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

institucionalização das ciências sociais/sociologia no Brasil (SILVA, 2010; BRASIL, 2006).

No entanto, a partir de 1942 o ensino de sociologia volta a uma sistemática instabilidade e permanece como disciplina nos cursos normais, mas se fragiliza e, em muitos casos, desaparece dos cursos “clássicos” e “científicos”. Na primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB – de 1961 (Lei n. 4.024/61), a sociologia aparece como disciplina optativa nos currículos e geralmente vinculava-se aos cursos profissionalizantes e de magistério, característica mantida na LDB seguinte, Lei n. 5.692/71. Somente em 1996, com a nova LDB (Lei n. 9.394/96), a sociologia reaparece como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio, embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 1998 coloquem que seus conteúdos deveriam ser abordados de modo interdisciplinar ou por outras disciplinas da área de ciências humanas.

Assim, as DCNEM-1998 permanecem conferindo a sociologia um caráter instável, logo, dificultando sua institucionalização. Essa fragilidade somente se encerra a partir de 2008, quando se institui a Lei n. 11.684/08, que torna obrigatória nos currículos do ensino médio a inclusão das disciplinas filosofia e sociologia. É importante frisar, ainda, que esse processo de institucionalização da sociologia no ensino médio está imerso nas disputas em torno do currículo, que, conforme aponta Apple (1987), não é uma seleção aleatória dos saberes, das disciplinas que o constituirão, mas constitui-se um elemento político e de poder, que determina o “que” se ensina e “como” se ensina.

Nesse sentido, a inclusão ou a ausência da sociologia nos currículos escolares, bem como as reformulações em seus conteúdos, metodologias, as abordagens teóricas por que têm passado, principalmente, após a institucionalização da LDB de 1996, devem ser entendidas como escolhas, especialmente no campo político, que direciona, em cada momento histórico e, sobretudo, pelos grupos que estão no poder, o que é importante e legítimo de ser transmitido/ensinado nas instituições escolares.

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

Essa instabilidade em torno da sociologia no currículo voltou à tona recentemente, quando, após o processo de *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff (PT), o então presidente Michel Temer (PMDB) e seu ministro da Educação e Cultura, José Mendonça Bezerra Filho, instituíram a Medida Provisória n. 746, de setembro de 2016, que reformula o currículo para o nível médio, que fragiliza a permanência da sociologia como uma de suas disciplinas obrigatórias, ao agrupá-la, melhor dizendo, dilui-la na grande área das “Ciências Humanas”. Trata-se de uma medida bastante arbitrária e irresponsável que põe em risco a estrutura da educação básica brasileira e, caso se consolide, também põe em risco a educação superior.

Vale destacar ainda que, diferentemente de outras disciplinas, a sociologia, por ser mais recente ainda, não possui um consenso quanto aos seus conteúdos, metodologias etc., no entanto, apesar disso, conforme apontam Moraes e Guimarães (2010), o ensino/pesquisa de sociologia no ensino médio sinalizado nas OCEM-Sociologia se fundamenta em dois princípios epistemológicos: o “estranhamento” e a “desnaturalização” dos fenômenos sociais. O estranhamento corresponde ao processo de estranhar, tornar algo relutante, incômodo, ter vontade de saber mais é, sobretudo, problematizar, ou seja, indagá-lo para ir além das explicações de senso comum, é tentar conhecer o fenômeno social. Já desnaturalizar é percebê-los a partir da sua historicidade, que foram fenômenos construídos social e historicamente, a partir das relações sociais.

Ainda segundo os autores, as OCEM-Sociologia apontam três propostas metodológicas para trabalhar a sociologia no ensino médio, são elas: o conceito, o tema e a teoria. A partir dessas ferramentas metodológicas, o ensino de sociologia tem sido apresentado nos livros, programas de curso, planos de aula, como uma maneira de sistematizar o saber das ciências sociais e possibilitar ao jovem a compreensão qualitativa sobre os fenômenos sociais, bem como ajudá-lo a perceber o mundo social para além de sua aparência imediata, de modo crítico, como produto de relações sociais, historicamente constituídas e, portanto, passível de mudança.

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

Este artigo não busca privilegiar uma única abordagem metodológica como melhor ou mais correta para trabalhar no ensino médio, tampouco encerrar o debate quanto aos conhecimentos e conteúdos que devem ser expressos nos livros didáticos, pois sabemos que essas escolhas envolvem um trabalho complexo. Buscamos analisar de que modo os conteúdos das ciências sociais dispostos no livro didático de sociologia têm abordado as questões étnico-raciais; se esses conteúdos/saberes sociológicos têm possibilitado problematizar e desnaturalizar a questão do racismo, preconceito e desigualdades e se têm ajudado a implementar uma educação antirracista, de valorização e respeito a diversidade étnico-racial brasileira, assim como previsto na Lei n. 10639/03 e, sobretudo, os documentos que a fundamentam.

A análise do livro didático é importante, pois ele tem se constituído como um dos principais instrumentos da cultura escolar, dado que estabelece relação entre conteúdos, metodologias, princípios que norteiam a relação de ensino-aprendizagem dentro das salas de aula. Eles instrumentalizam um currículo, na medida em que sistematizam conteúdos programáticos, propostas teórico-metodológicas, abordagens didático-pedagógicas das áreas/disciplinas escolares, bem como direcionam as finalidades e princípios educacionais.

A importância dada ao livro didático, bem como a centralidade que ocupa na ação escolar, não se limita apenas a seu aspecto cultural, pedagógico ou até mesmo ideológico (CHOPPIN, 2016), mas está relacionado também com políticas educacionais baseadas na compra e distribuição de livros didáticos, no caso do Brasil, por meio da instituição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Esse programa distribui para professores e alunos das escolas públicas brasileiras o material didático de todas as disciplinas em todos os níveis da educação básica.

Para empreender nossa análise, selecionamos o livro didático *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi (2007). A escolha desse título se baseou em dois critérios: 1) integra os títulos aprovados pelo PNLD – sociologia, tanto o de 2012 quanto o de 2015, e 2) foi o livro mais adotado pelos professores de sociologia e, conseqüentemente, mais distribuído aos alunos das escolas públicas do Brasil pelo PNLD 2012 e o terceiro mais

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

adotado (e distribuído) pelo PNLD 2015⁶. Deve-se destacar que nossa análise do livro didático está pautada nos documentos que fundamentam a educação brasileira, especificamente, o ensino de sociologia e o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, por meio das OCEM-Sociologia e das DCNs para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

A área das ciências sociais, especialmente a sociologia e antropologia, tem sido um terreno fértil nos estudos sobre as questões étnico-raciais. Tais estudos têm buscado fornecer explicações sobre como o processo de classificação/diferenciação social, no caso racial e étnica, moldam a forma como os indivíduos e grupos se percebem e se relacionam no interior das sociedades, mais que isso, são estudos que buscam evidenciar como os processos classificatórios e de identificação social têm sido utilizados para justificar diferenças de tratamento e posição entre os grupos étnicos, ou seja, sustentar relações de desigualdades entre eles. No Brasil, conforme aponta Ortiz (2012), a temática racial tem se destacado no lócus de trabalho das ciências sociais desde seus precursores, com especial destaque à condição dos negros/afrodescendentes, o contexto de desigualdades as quais estão imersos.

Segundo Pimenta (2010), as desigualdades sociais, sejam elas de raça, etnia, gênero, classe, somente podem ser compreendidas a partir da noção de diferença, pois é por meio das diferenças que se constroem as identidades individuais e grupais, ou seja, se estabelecem os processos de classificação social que nos confere uma identidade, um lugar de pertencimento e nos

⁶ Segundo os dados estatísticos (PNLD-2012 e PNLD-2015) disponibilizados através do *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela execução do PNLD, o livro do Nelson Dacio Tomazi, *Sociologia para o Ensino Médio*, foi o mais solicitado pelos professores durante a vigência do PNLD-2012 e o terceiro mais solicitado pelo PNLD-2015, logo, constitui o material mais distribuído no componente curricular sociologia. Para mais informações: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>.

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

distingue dos “outros”. São as diferenças que criam as desigualdades, na medida em que são tomadas como elementos centrais/significativos para situar os indivíduos e grupos em posições hierarquicamente estabelecidas na estrutura social, dentre elas a política, econômica, social.

Nesse sentido, a posição que o indivíduo ou grupo ocupa na estrutura social lhe afere vantagens e desvantagens, logo, estabelecem desigualdades de oportunidade que se baseiam em características e atributos sociais hierarquicamente constituídos, como a cor da pele, a renda, gênero e outros. Esse é o caso dos negros, que, por sua identidade étnico-racial, vivenciam histórico e cotidianamente contextos de discriminações e desigualdades sociais.

Confere ressaltar que para tratar as relações étnico-raciais e buscar compreender a forma como se institui o racismo, discriminação e desigualdades raciais é necessário definir, mesmo que sucintamente, o que se entende por raça e etnia. Conforme aponta Guimarães (2009a), a ideia de “raça” historicamente passou por modificações, tanto nos seus sentidos quanto nos seus usos, dentre os quais se destaca a perspectiva biológica, que definia raça como subdivisões da espécie humana distintas em alguma característica física ou mental. Essa noção foi utilizada por teorias científicas do século XIX, como o evolucionismo, para atribuir características inatas às “raças” e aos grupos humanos e, com isso, justificar a hierarquização das diferenças entre os grupos.

Nesse sentido, as diferenças, sejam elas fenotípicas, intelectuais, morais e culturais entre os não brancos, resultam de sua “inferioridade natural”, tanto biológica quanto cultural. Logo, essa pretensão de “inferioridade racial” foi utilizada como justificativa para a opressão, escravização e marginalização dos grupos africanos e afrodescendentes. De acordo com Guimarães (2009a), “raça”, no seu sentido biológico, entra em desuso após o horror produzido na Segunda Guerra, e se fragiliza quando um conjunto de especialistas (cientistas sociais, geneticistas) concluem a não existência de raças biológicas, assim, as diferenças fenotípicas, morais, culturais não resultam das diferenças biológicas/inatas.

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

Ainda segundo o autor, embora tenha caído em desuso, os indivíduos continuaram se classificando e orientando suas práticas a partir da noção de “raça”. Por isso, o conceito é ressignificado pelo movimento negro e pelos cientistas sociais, que passam a utilizá-lo no sentido sociológico, como forma de classificação social que os grupos humanos utilizam para se diferenciar uns dos outros, de construir identidades, a partir de características fenotípicas ou culturais que partilham no interior de um grupo e que ao mesmo tempo os distingue dos demais. A noção de “raça” aqui é entendida no seu sentido sociológico, como uma representação social construída (GUIMARÃES, 2009a, 2012a).

Etnia, por sua vez, foi comumente utilizada como sinônimo de “raça”, no entanto, grupos étnicos são aqueles cujas marcas culturais são mais significativas na classificação social. Esses grupos diferem quanto à língua, costumes, religião e outros. Utilizamos aqui o termo étnico-racial, dado que os elementos de classificação e identificação dos grupos sociais utilizam tantos elementos visíveis, sobretudo o fenotípico quanto os elementos simbólicos, como a ancestralidade, língua e outros. Portanto, tanto “raça” quanto “etnia” são construções sociais e simbólicas que classificam os indivíduos e grupos e lhes confere identidades específicas no interior das sociedades.

No entanto, mais do que uma construção simbólica de atribuição de identidades, “raça” e “etnia” foram usadas, sobretudo, como mecanismos de discriminação e opressão dos grupos humanos. Essas teorias racialistas⁷ moldaram padrões de relações sociais marcadas por uma forte discriminação e segregação racial, especialmente entre os africanos e afrodescendentes, e legitimaram sua dominação, escravização, segregação e desigualdades durante os séculos. No Brasil, essas teorias sustentaram a opressão tanto dos africanos e afro-brasileiros quanto das populações nativas durante o período colonial, bem como fundamentaram, assim como aponta Ortiz (2012), os discursos sobre a identidade nacional brasileira dos séculos XIX e XX, ora

⁷ Teorias racialistas correspondem, assim como aponta Guimarães (2009a), a doutrina que se funda na ideia de superioridade e inferioridade racial.

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

apontando a questão racial como problema, ora exaltando como elemento definidor dessa identidade.

Esses discursos servem até hoje como definidor do nosso padrão de relação racial, ou seja, caracteriza e particulariza o nosso “racismo”. Segundo Guimarães (2009b, 2012) e Hasenbalg (2005), o racismo à brasileira se apoia de, um lado, no embranquecimento racial e cultural dos não brancos e, de outro, na ideia de “democracia racial”, nosso mito fundador. O embranquecimento racial e cultural foi amplamente difundido no final do século XIX e início do século XX pelas teorias nacionalistas, que via a questão racial como problema para o desenvolvimento e constituição da nação, logo, a “solução” consistia na eliminação dos resquícios das “raças atrasadas”, ou seja, das características e atributos das “raças” supostamente inferiores. Para alcançar esse ideal nacional, foram traçadas políticas como a miscigenação para diluir os aspectos étnico-raciais dos negros e índios, a política de povoamento europeu. Consiste na diluição gradativa e sistemática de elementos culturais e étnico-raciais dessas ditas “raças inferiores”.

Além do branqueamento racial e cultural, a ideia de democracia racial também é um forte estruturador do nosso racismo. Por meio dela, construiu-se um imaginário de que no Brasil não havia conflitos raciais, ou seja, que os padrões de relações inter-raciais eram marcados pela harmonia. Essa aparente harmonia se deve, especialmente, ao não estabelecimento após 1888 (ano de libertação dos escravizados) de barreiras legais que impedissem os negros de ascender socialmente, portanto, de possuir igualdade de oportunidades como os brancos. Essa ideia de democracia racial tornou-se, assim como aponta Hasenbalg (2005), tanto um símbolo integrador que impede a mobilização dos negros quanto um mecanismo que perpetua desigualdades raciais, pois, ao negar a existência do racismo (do conflito racial), ela ajuda a reproduzi-lo, ou seja, mascara as discriminações e desigualdades tipicamente raciais sobre outros tropos (GUIMARÃES, 2012).

Nesse sentido, tanto o branqueamento racial e cultural quanto a ideia de democracia racial são os pilares que caracterizam o racismo à brasileira e que sustentam a perpetuação das discriminações e legitimação de desigualdades

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

frente à população negra. Esse branqueamento racial e cultural tem sido estratégia sistemática de eliminação simbólica e física do negro, seja pela invisibilidade que dá à contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros a formação social e cultural brasileira, seja pela eliminação física/real do segmento negro, sobretudo de jovens negros, pobres e de periferia disfarçado, conforme aponta Silva (2004), de combate à violência e a marginalidade. Assim como a democracia racial acaba mascarando o racismo, as discriminações geram assimetrias de oportunidades e tratamento para os negros e, em consequência, aprofundam as desigualdades que há entre eles e o segmento não negro.

Logo, a questão étnico-racial tem sido um fator importante na manutenção das desigualdades sociais no Brasil, embora não seja o único, combinando-se também com elementos como classe social, gênero, idade e outros. Por meio dela, tem se estabelecido assimetrias de oportunidades e tratamento dados aos negros, que são penalizados tanto pelos aspectos fenotípicos, em especial a “cor da pele”, quanto pelos aspectos culturais, que evocam a presença africana no Brasil ao acesso e permanência nos espaços escolares, no mercado de trabalho formal, moradia, saúde e outros direitos básicos.

Percebe-se, portanto, que a sociologia pode auxiliar na percepção e entendimento quanto ao fenômeno social da desigualdade, no nosso caso o de cunho étnico-racial, pois o mostra como fenômeno socialmente constituído a partir de marcas/atributos/características também socialmente construídas. As classificações étnico-raciais, assim, não são naturais, mas são marcas e/ou características socialmente construídas e hierarquizadas, que servem tanto para caracterizar e diferenciar indivíduos e grupos quanto para estabelecer padrões de relação social no interior das sociedades, ou seja, determinam diferenças e identidades, bem como estabelecem dinâmicas de interação social, que, conforme exposto, são marcadas por discriminações e desigualdades raciais, especialmente entre os negros. Logo, a sociologia possibilita-nos desnaturalizar nossa percepção quanto à discriminação e desigualdade de cunho étnico-racial e permiti-nos perceber que ela tem

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

moldado padrões de relações sociais muitas vezes pautadas pelo racismo e segregação da população negra.

AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO E NO LIVRO DIDÁTICO

Como vimos, o ensino de sociologia, enquanto disciplina autônoma, tem sido reinserido no currículo escolar diante de um contexto de reforma educacional, na qual tem se fomentado uma educação menos tecnicista e mais “crítica”, que promova o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica dos jovens diante do saber e do mundo que os rodeia. Sua importância tem sido justificada justamente por possibilitar o “estranhamento” e a “desnaturalização” dos fenômenos sociais, permitindo percebê-los como construções sociais, historicamente constituídas e produtos de relações sociais dos vários indivíduos e grupos.

Vimos também que as questões étnico-raciais no Brasil têm sido marcadas por tensões, especialmente frente à população negra, que tem sofrido com o racismo, a discriminação e a desigualdade racial. As ciências sociais, nesse sentido, têm buscado demonstrar que os processos de classificação de raça e/ou etnia têm sido usados tanto para forjar identidades individuais e grupais quanto para estabelecerem e justificarem padrões assimétricos de tratamento e oportunidades dado aos negros, ou seja, têm sido utilizados como mecanismos de sustentação das desigualdades sociais e de reprodução de visões estereotipadas e inferiorizantes frente a seus aspectos étnico-raciais.

A escola, como um dos espaços legítimos do saber, tem atuado também na reprodução dessas visões estereotipadas e nas discriminações e desigualdades impostas aos afrodescendentes, dado que, historicamente, tem invisibilizado a contribuição dos africanos e afro-brasileiros na formação histórica, social e cultural do Brasil e limitado o negro a objeto da escravidão (ROCHA, 2006). Ela tem propagado uma visão unilateral da história e da humanidade, ao privilegiar os feitos históricos, os valores e os elementos da cultura europeia, desvalorizando os feitos históricos, os valores e elementos da

cultura africana e afrodescendentes (BRASIL, 2013). Nesse sentido, visibilizar a história e cultura africana e afro-brasileira, assim como propõe a Lei 10.639/03, é uma forma de fornecer uma visão plural da história, para que os africanos e afro-brasileiros sejam percebidos por sua riqueza étnica, estética, cultural, histórica e não subjugados e inferiorizados a “objeto da escravidão”.

Dentro do contexto escolar, como vimos, o livro didático possui centralidade como objeto dessa cultura, pois sistematiza conteúdos, metodologias, princípios que orientam a relação de ensino-aprendizagem nas salas de aulas. Portanto, aqui construímos a análise do livro didático *Sociologia para o ensino médio*, de Nelson Tomazi, buscando saber como tem sido tratada a questão étnico-racial nos conteúdos do livro, se esses conteúdos têm possibilitado problematizar e desnaturalizar a questão do racismo, da discriminação e da desigualdade raciais sofridas pelos negros, bem como se ajudam a efetivar uma educação de valorização e respeito à diversidade étnico-racial brasileira.

A temática racial é tratada no decorrer do livro de modo pouco expressiva, tanto no conteúdo principal (textos bases) quanto nos hipertextos (boxes, fotografias, atividades, sugestões). É, no geral, citada nas apresentações de algum tema ou aparece como hipertexto, especialmente fotografias, para ilustrar algum conteúdo comentado no texto principal. Dentre os capítulos que mais evidenciam a temática racial, estão o capítulo 9, intitulado “As desigualdades sociais no Brasil”, e o capítulo 17, intitulado “Os movimentos sociais no Brasil”, portanto, nos concentraremos na análise de ambos.

O capítulo 9 compõe a unidade que trabalha a questão das estruturas sociais e as desigualdades. Nesse capítulo, o autor inicia fazendo uma discussão introdutória de como foram se constituindo as desigualdades sociais no Brasil. Ressalta logo nos primeiros dois parágrafos a opressão que os portugueses submeteram populações indígenas e, posteriormente, africanas, através do trabalho escravo, que era justificado por uma pretensa inferioridade e menor capacidade desses grupos. Essa percepção ainda se traduz para indígenas e negros em tratamentos discriminatório e preconceituoso até hoje.

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

Esse texto é ilustrado por uma fotografia de uma comunidade quilombola, que é descrita na legenda não somente como espaço de resistência negra de conservação de patrimônio cultural, mas também local que revela o abismo entre negros e brancos. Nessa primeira parte, o autor constrói, a partir do processo industrialização e urbanização das cidades, como foi se consolidando o capitalismo no Brasil e que esse processo foi acompanhado pela criação de desigualdades que se expressam na forma de miséria e pobreza, especialmente entre classes sociais, bem como desigualdades entre homens e mulheres, negros e brancos.

No primeiro tópico desse capítulo – “A desigualdade analisada no Brasil” –, o autor discorre no texto principal sobre algumas explicações dadas por certos intelectuais do século XIX a respeito da questão da pobreza, destacando que alguns desses intelectuais atribuíam à “*questão racial e à mestiçagem*” a causa da pobreza, bem como a “*degeneração e falência da nação*” (TOMAZZI, 2007, p. 86). Para reforçar essa perspectiva, cita alguns desses intelectuais, entre eles Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Capistrano de Abreu, que viam a mestiçagem como um problema que impedia o desenvolvimento da nação. Ou seja, a questão racial expressa pela mestiçagem era vista como um grande empecilho à nação. Apresenta, em seguida, Joaquim Nabuco e Manoel Bonfim, que contra-argumentaram essa percepção, destacando que a pobreza e a miséria decorriam da escravidão e latifúndio e não da questão “racial”. Encerra o tópico citando o livro *O espetáculo das raças*, da Lília Schwarcz, que analisa as teorias racistas constituídas para explicar os destinos da nação durante o período de 1870 a 1930. O texto principal desse tópico é curto, não ocupa uma página completa.

Além disso, o texto é ilustrado com a imagem da capa do livro *O abolicionista*, de Joaquim Nabuco, acompanhada pela seguinte descrição:

A obra célebre de Joaquim Nabuco, *O abolicionista*, foi uma das primeiras obras a analisar o sistema escravocrata a partir de sua estrutura, contestando teorias que atribuíam o atraso do país à preguiça do povo ou à riqueza das terras (TOMAZI, 2007, p. 86).

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

As imagens, sejam elas fotos, mapas e ilustrações em livros didáticos, conforme aponta Bittencourt (2015), são características desse tipo de material e utilizadas, em muitos casos, como recurso pedagógico. No caso citado, a imagem do livro *O abolicionista* aparece muito mais como uma ilustração de apoio ao texto principal do que como um recurso pedagógico, como uma fonte de pesquisa e investigação, uma vez que não há questionamentos quanto à imagem, tampouco propostas de trabalho e/ou leitura do mesmo.

No tópico “Raça e classe”, ainda no capítulo 9, a questão racial é novamente citada, por meio de algumas obras que abordam a relação entre a questão racial (entre os negros) e as desigualdades, dentre elas: *O negro no Rio de Janeiro*, de Luiz Aguiar, e *Negros e brancos em São Paulo*, de Roger Bastide e Florestan Fernandes. Esses estudos, conforme aponta o autor, procuram “desmontar o mito da democracia racial brasileira”, bem como “colocaram o tema da raça no contexto das classes sociais” (TOMAZI, 2007, p. 87). Cita também as obras *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes, *A metamorfose do escravo*, de Octavio Ianni, e *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de Fernando Henrique Cardoso.

Vale destacar também que, embora trate da questão racial e da desigualdade, apontando obras e autores clássicos que estudam esse tema, o livro ainda parece apresentar uma discussão muito frágil da temática. Apenas cita alguns autores e suas principais obras, bem como o mito da democracia racial, mas não o desenvolve, não o classifica como uma das principais características do nosso racismo, assim como apontado por Guimarães, tampouco aponta suas consequências na perpetuação de uma sistemática eliminação simbólica da presença negra no Brasil. Demonstra não problematizar esse branqueamento racial e cultural imposto aos negros desde o período da colonização. Essa fragilidade é notória também pelo pouco espaço destinado à discussão do tema, apenas dois parágrafos, ocupando apenas metade de uma das páginas desse capítulo, fato que é bastante característico dos livros didáticos.

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

[...] o livro didático é limitado e condicionado por razões econômicas, ideológicas e técnicas. A linguagem que produz deve ser acessível ao público infantil ou juvenil e isso tem conduzido a simplificações que limitam sua ação na formação intelectual mais autônoma dos alunos. Autores e editores ao simplificarem questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores. Sua tendência é de ser um objeto padronizado, com pouco espaço para textos originais, condicionando formatos e linguagens, com interferências múltiplas em seu processo de elaboração associadas à lógica da mercantilização e das formas de consumo (BITTENCOURT, 2015, p. 73).

Isto é, os livros didáticos possuem um “formato”, uma linguagem mais simples e direta, adequadas ao público de nível escolar, que podem levar a simplificações e até fragilidades no tratamento de conteúdos e/ou de alguns temas. Somam-se a isso as interferências de uma complexa rede de relações entre autores, editores, editoras e outros agentes que acabam determinando ou influenciando a concepção e produção do livro didático. Reconhecemos, assim, que as fragilidades que encontramos nesse tipo de material refletem essas complexas relações, podemos citar, inclusive, o pouco espaço destinado ao debate da questão étnico-racial.

Destarte, o livro também não propõe atividades que incentivem pesquisas sobre o tema, tampouco apresenta sugestões de livros, filmes, documentários que sirva de fonte para o professor elaborar suas aulas. Nesse capítulo, existe ainda um pequeno texto contido no hipertexto “Cenários”, que apresenta alguns dados sobre desigualdades entre os negros, mas também não apresenta exercícios de fixação ou questões de atividades, características basilares dos livros didáticos. A consolidação dessa temática no manual escolar depende do desenvolvimento mais sistematizado do texto principal, bem como fomentar boxes, propostas de atividades/exercícios para os alunos que os envolvam ou possibilitem a discussão do tema; sugestão de propostas de pesquisa, de obras literárias, audiovisuais, que também apresentem a discussão sobre a questão racial nos seus diversos aspectos: sociais, históricos, estéticos, culturais.

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

No capítulo 17, “Os movimentos sociais no Brasil”, o autor retoma o debate quanto à questão étnico-racial e aborda os movimentos sociais constituídos desde o período colonial para mostrar que a convivência no Brasil nunca foi harmônica. Fazendo essa discussão introdutória e histórica da constituição dos movimentos sociais no Brasil, o autor evidencia os movimentos protagonizados pelos indígenas e, principalmente, africanos por meio de revoltas localizadas e de quilombos como mecanismos de resistência coletiva, citando, inclusive, Palmares. Além disso, destaca outros movimentos como a Cabanada, Balaiada, Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, movimentos abolicionistas e republicanos. Essa discussão, por sua vez, é complementada por mapas que ilustram os locais onde se formaram os principais quilombos, bem como onde eclodiram outros conflitos.

Se, de um lado, o capítulo ressalta os movimentos sociais, destacando a atuação dos africanos e afro-brasileiros em processos políticos de resistência e participação na constituição histórica nacional, assim como prevê o documento que norteia a Lei 10.639/03, ou seja, reconhece a participação desse segmento em episódios importantes da história nacional, por outro lado, ainda generaliza os feitos, especialmente frente aos movimentos abolicionistas ou de resistência negra, dado que não apresenta nenhuma liderança que tenha vivenciado e participado da consolidação desses movimentos. Nem mesmo quando fala de Palmares, o autor faz menção a Zumbi e/ou Dandara como protagonistas e símbolos desses processos de resistência negra, conforme explicitado abaixo:

Os escravos africanos também não ficaram passivos diante das condições em que viviam. A principal forma de resistência eram as revoltas localizadas e a formação de quilombos, que existiram do século XVII até o fim da escravidão. Os quilombos se estruturaram em várias partes do Brasil. O maior e mais significativo foi o dos Palmares, que se localizava no atual estado do Alagoas. Ele começou a se formar por volta de 1630 e foi mantido até 1694, e teve de 20 a 30 mil habitantes (TOMAZI, 2007, p. 157).

Assinala para os movimentos de resistência negra, destacando as revoltas e formação de quilombos, no entanto não destaca nenhum

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

protagonismo de pessoas negras nesses momentos. Isso também aparece quando trata das revoltas, como a Conjuração Baiana, o movimento abolicionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que discutimos durante o trabalho, que a temática étnico-racial, embora faça parte de muitos estudos dentro das ciências sociais, não é bem trabalhada de forma central no livro didático *Sociologia para o Ensino Médio*. Esse, por sua vez, reserva pouco espaço ao trabalho com conteúdos sobre a questão racial e étnica, bem como seus desdobramentos. Quando o livro toca nesses temas o faz de modo mais introdutório, sobretudo em dois temas específicos: desigualdades sociais e movimentos sociais no Brasil, em que o autor não discute de modo sistematizado a desigualdade racial, ou o mito da democracia racial, somente o cita juntamente com os autores clássicos que estudaram as desigualdades raciais atreladas à questão de classe, principalmente.

Sabemos das limitações do livro didático, em especial o de sociologia, que precisa abarcar conteúdos das três grandes áreas das ciências sociais (política, sociologia e antropologia) e para os quais ainda não existem consensos tão sólidos quando comparada a outras disciplinas mais permanentes no currículo. Também sabemos que o livro didático está inserido em uma complexa relação entre autores, editores, editoras, dentre outros, que atuam e disputam sua produção, distribuição e consumo.

No entanto, o livro pode ajudar a desenvolver um melhor trabalho pedagógico para o professor e se tornar uma referência mais sólida para o aluno. Pode, também, trabalhar melhor os conteúdos sobre desigualdade racial, problematizar e/ou apresentar os efeitos e consequências do nosso racismo à brasileira, da “democracia racial” das políticas de branqueamento racial e cultural. É importante que se acrescente isso tanto nos textos principais, que hoje são bem pequenos, quanto nos hipertextos (fotos, atividades, boxes) que tragam informações mais diversificadas sobre estudos

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

que envolvem os diversos elementos da diversidade étnico-racial. Esses hipertextos, principalmente as atividades direcionadas para os alunos, ou seja, os exercícios de fixação podem sugerir direcionamentos de pesquisa, sugestões de livros, filmes e documentários a serem lidos e vistos pelos alunos e utilizados pelos professores como fontes de pesquisa. Destarte, essas possibilidades não se encerram no trabalho apenas com a temática da desigualdade e dos movimentos sociais, mas podem ser inseridas, por exemplo, no capítulo que trata sobre cultura e ideologia, cultura popular, o quanto nossas expressões culturais são influenciadas pela cultura africana.

Cabe-nos ainda frisar que, embora ocupe uma posição de destaque em meio a cultura escolar, o livro didático não deve ser o único material, a única fonte para o professor, tendo em vista que é um objeto limitado, conforme destacado, pelo “formato” e recortes dos editores, editoras, autores, Estado, no processo de idealização e produção desse tipo de material. Assim, para aprofundar as temáticas postas no livro é necessário buscar outras fontes, fator que evidencia a pesquisa docente por outros materiais didáticos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. Ideologia e reprodução cultural e econômica. In: APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 43-68.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 69-103.

BRASIL. **Lei Federal n. 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 09. Jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 05 fev. 2014.

BRASIL. **Lei Federal 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 10. Mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1>. Acesso em: 05 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: **Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica**. Brasília, MEC/SEB/DICEI, 2013, p. 476-493.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conhecimentos de Sociologia. In: **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília, MEC/SEB, 2006, p. 101-133. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 25 out. 2006.

CHOPPIN, Alain. Políticas dos livros escolares no mundo: perspectiva comparativa e histórica. **História da educação**, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 9-28, jan./abr. 2008. Tradução de Fernanda B. Busnello. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada e Diversidade, 2005b. p. 39-62.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 137-177..

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e racismo no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009a. p. 21-37.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009b. p. 39-71.

HASENBALG, Carlos. Raça e política no Brasil: a subordinação aquiescente dos negros. In: HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, Elizabeth da Fonseca. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: MORAES, Amaury Cesar (Coord.). **Sociologia: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2010.

INTER-LEGERE

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO
DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Carolina Araújo de França

ORTIZ, Renato. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 36-44.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Diferença e desigualdade. **Sociologia: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2010.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão. **Políticas afirmativas e educação**: a Lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SILVA, Ileize Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectiva. In: MORAES, Amaury César (Coord.). **Sociologia: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2010.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Atual, 2007.